

As subjetividades no ambiente escolar: o movimento de ocupação de 2016 no oeste catarinense

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir a relação entre a constituição das subjetividades, com a ocupação escolar, e o modelo de educação formal, através do arcabouço da psicologia histórico-cultural. Trabalharemos o conceito de subjetividade e refletiremos acerca da constituição das subjetividades individuais e coletivas na unidade escolar em 2016, período em que a instituição encontrou-se ocupada, integrando o conceito de emancipação para pensar o processo educacional. A análise desta narrativa será elaborada a partir da rede social Facebook, através da página do movimento de ocupação da Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves (Chapecó, Santa Catarina), intitulada "Ocupação do Tancredão".

Abstract: *The objective of this article is to think about the connection between the subjectivities's construction, school occupation and formal education pattern through the framework of historical-cultural psychology. We will work on the concept of subjectivity and reflect on the constitution of individual and collective subjectivities in the school unit in 2016, a period in which the institution was occupied, integrating the concept of emancipation to think the educational process. The analysis of this narrative will be elaborated from the social network Facebook through the page of the movement of occupation of Basic School of Education Tancredo de Almeida Neves (Chapecó, Santa Catarina), titled "Occupation of Tancredão".*

Considerações iniciais

"Não reforme a escola, reforme seu governo!"

É com estes dizeres que iniciamos as reflexões acerca da emergência dos movimentos de ocupação nas escolas públicas. Surgindo como uma forma de protesto às medidas governamentais, argumentadas de modo consequencial, pensadas a partir da ascensão de Michel Temer, sem eleições, à presidência após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, constituindo a caótica conjuntura política de 2016. Pensamos a respeito da subjetividade dos indivíduos que permeia a construção de um imaginário coletivo no ambiente escolar, buscando compreender os fatores predominantes em suas concepções e a relação com o modelo de educação vigente.

Em 2015 emergiram movimentos de ocupação de estudantes secundaristas em oposição às medidas tomadas pelo Governo Estadual do PSDB em São Paulo, que determinavam a reorganização escolar, o que incluía o fechamento de algumas unidades de ensino. Em 2016, com novas medidas governamentais, em âmbito Federal, as ocupações cresceram gradualmente, tomando proporções nunca vistas anteriormente no país. Centenas de instituições escolares de Ensino Básico encontraram meios de organização, percebidas como autônomas e pautadas em exercer uma democracia, de forma mais direta, de acordo com seus interesses, construindo as relações no âmbito escolar de maneiras menos hierarquizadas.

Ainda que seja recente a emergência do fenômeno das ocupações, alguns estudiosos já vêm se dedicando em pesquisas para compreender as especificidades desses movimentos. Alguns desses trabalhos merecem maior destaque, dentre eles "Os estudantes ainda estão famintos!: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil"², de Denise N. De Sordi e Sérgio Paulo Morais, em que os autores tratam a relação dos movimentos estudantis com os

movimentos sociais, problematizando suas especificidades além das peculiaridades dos seus objetivos. Outro fator relevante nesse estudo refere-se à comparação dos retratos que a mídia produz sobre o movimento de ocupação, que destoa dos relatos das experiências dos estudantes descritos nas entrevistas e nas redes sociais; o trabalho denominado "Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci"³, de Simone Fátima Flach e Anita Helena Schlesener. Tal trabalho enfatiza os pormenores vinculados ao cenário político nacional no período em que as medidas governamentais vem à tona com finalidade de sua efetivação, tomando em sua proporção como consequência o levante das ocupações, além de utilizar de um viés materialista para pensar em torno das ações políticas e sociais, relacionando-as aos processos de desocupações consequenciais das solicitações de Reintegração de Posse; e o artigo intitulado "Escolas de luta, educação política (2016)"⁴ de Carolina de Roig Catini e Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, atêm-se a refletir o caráter auto gestor do movimento de ocupação, embora também sejam verificados os limites de um movimento pontual que não se articula com outras frentes de lutas sociais. Sendo assim, não expande seus horizontes e o resultado disso é a não reestruturação da ordem social e o desfecho de "revolta popular".

A partir da verificação de outros olhares em torno do desdobramento das ocupações escolares, optamos por partir nossa reflexão através da apropriação de novas práticas bem como as linguagens modernas, com a utilização de meios virtuais como fonte histórica. Portanto, a abordagem nortear-se-á através de pesquisa qualitativa em que serão realizadas análises por meio da página da rede social *Facebook*, intitulada "Ocupação do Tancredão"⁵. Para tanto, articulamos a análise às ideias de Almeida (2010), Lévy (1999) e Córrea & Rozados (2017).

Almeida (2010) volta-se a tratar os pormenores vinculados à utilização das fontes digitais para a historiografia, a importância da incorporação de meios

Leandro Gomes Moreira Cruz

Graduando do Curso de Licenciatura em História e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, através da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó/SC

Contato:

lg.m.cruz@live.com

Morgana Elisha Jahnke

Graduanda do Curso de Licenciatura em História e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, através da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó/SC

Contato:

morganae.jahnke@gmail.com

Palavras-chaves:

Movimentos Sociais, Movimento Estudantil, Ocupações, Efeitos, Ciência Política.

Keywords:

School Occupation, Subjectivity, Education, Emancipation

¹ Esta frase foi encontrada entre os cartazes confeccionados pelos secundaristas que constituíram o movimento de ocupação da E. B. Tancredo de Almeida Neves. Disponível para visualização no vídeo elaborado pelos mesmos, encontrado na

virtuais à pesquisa histórica para refletir a contemporaneidade bem como a preocupação em associar essa “nova” categoria de fonte histórica à tomada de consciência do historiador e sua utilização para a compreensão do tempo presente. Ainda, lembra a efemeridade encontrada na *Internet*, em que o conteúdo ora é disponível online, ora é retirado do ar sem aviso prévio, correndo o risco de ser perdido. Contudo, torna-se relevante também o desenvolvimento de formas para preservação destas fontes.

Relevante à nossa análise, Lévy (1999, p.17), explica o conceito de “cibercultura”, como aspectos materiais e intelectuais que incorporam um conjunto de técnicas e valores que se desenvolvem simultaneamente ao crescimento do que o autor denomina “ciberespaço”. Sendo assim, comprova-se a conveniente utilização das fontes digitais, bem como da *Internet*, para o entendimento das subjetividades no século XXI.

Ainda, outro termo a ser lembrado às implicações metodológicas pensadas para este trabalho, refere-se à “netnografia”, uma forma de estudo que se popularizou recentemente, na qual incorpora o uso da etnografia à era virtual. A diferenciação entre a etnografia e a “netnografia” perpassa a explanação exercida por Côrrea e Rozados (2017):

“a etnografia é uma disciplina que estuda e descreve a cultura de uma comunidade a partir da observação participante e da análise dos dados observados [e] a netnografia é uma adaptação da pesquisa etnográfica que leva em conta as características dos ambientes digitais e da comunicação mediada por computador.” (BÁZTAN apud CÔRREA & ROZADOS, 2017, p. 02)

Todavia, interpretamos este método antropológico da Comunicação Social e da Ciência da Informação como meio auxiliar à utilização das redes sociais como fonte histórica, sob ressalva de que nossa perspectiva analítica reporta-se ao campo da historiografia. Sendo assim, tencionamos um olhar histórico à formação das subjetividades em meio à contextualização política e social em decorrência das ocupações escolares.

A partir das considerações acerca da utilização de fontes digitais, será investigada, para a reflexão em torno da construção subjetiva, a percepção através de elementos superficiais vinculados a uma das modernas formas de relação da pós-modernidade⁶: a página encontrada em meio ao *site* de relacionamentos, *Facebook*. Serão analisados os vídeos produzidos pelos secundaristas referentes ao movimento de ocupação, as fotografias, notas e programações que retratam o movimento, publicadas pelos próprios integrantes.

A Escola a qual está associada a página virtual denomina-se Escola de Educação Básica Tancredo de Almeida Neves, que atualmente possui cerca de 900 estudantes nos três turnos, configura-se como uma escola pública, da rede estadual de ensino. Tal instituição está localizada no município de Chapecó, Santa Catarina, em um bairro industrial periférico operário, chamado EFAPI. Segundo o Projeto Político Pedagógico - PPP (2016), em 1985 é fundada a E. E. B.

Tancredo de Almeida Neves em local provisório. após inúmeros momentos de luta da comunidade escolar e acordos burocráticos, iniciou-se o processo de construção da Escola em 2000 e, somente em 2003, com o atraso de um ano a obra foi concluída e a Instituição de Ensino inaugurada.

Além do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio Regular, a escola possui o Ensino Médio Inovador, que funciona de modo integral, somando em sete horas por dia na escola. Tal modalidade de ensino enfatiza o aprendizado cultural, pois os estudantes optam entre aprender cultura, com aulas de violão, artesanato e percussão, e aprender esporte, referindo-se a aulas de jogos de quadra e de mesa e jogos com raquete. Além disso, são englobados itens como trabalho, ciência, cultura e tecnologia; subdividindo sua base em cinco áreas do conhecimento: linguagens, ciência da natureza, ciências humanas, matemática, cultura e esporte. A ênfase da pesquisa na 1ª série foi Escola e Moradia, na 2ª série, a Comunidade e na 3ª série, Vida e Sociedade, segundo consta no Projeto Político Pedagógico (2016) da Escola.

O decorrer da análise perpassa um recorte temporal referente ao período em que a escola se manteve ocupada no ano de 2016, período este que se desdobra a partir do final do mês de outubro até o final do mês subsequente.

A partir da explanação em âmbito geral acerca do tema abordado, atemo-nos a pensar os desdobramentos que levam à problemática pautada na elaboração deste artigo, que visa responder as questões em torno da articulação desses jovens inseridos num espaço educacional. Em prol de possibilitar esta análise, elencamos determinados tópicos: uma breve análise da conjuntura política de 2016, a compreensão do conceito de subjetividade e a relação entre o modelo de educação vigente com a implicação da construção subjetiva dos indivíduos integrantes desta instituição de ensino. Para tanto, buscamos elucidar o decurso da ocupação como decorrente das subjetividades dos estudantes e do processo educacional do indivíduo, ponderando a transição entre a subjetividade do sujeito como preponderante à universalização destas perspectivas individuais perpassando inter-relações que geram uma possível subjetividade coletiva, organizada em grupos através de interesses.

Panorama político-social

Embora o foco principal desta narrativa seja a compreensão das subjetividades que constituem o movimento de ocupação na E.E.B. Tancredo de Almeida Neves, é fundamental que se pense de maneira mais ampla o cenário político nacional no qual estes processos emergem. Para tanto, é necessário esclarecermos qual a conjuntura das movimentações que se desdobraram principalmente após a elevação de Michel Temer ao cargo da Presidência e o caráter reformista conservador do governo citado.

Logo após a assunção do novo Governo Federal, sob o pretexto de um “ajuste fiscal” necessário e inevitável, foram elaboradas séries de reformas em diversos setores, incluindo a Previdência Social, legislações trabalhistas e o campo educacional. Alie-se a

página “Ocupação do Tancredo”: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acessado em: 19/07/2017.

2 SORDI, Denise N. de; MORAIS, Sérgio Paulo. (2016). “Os estudantes ainda estão famintos! ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil”. *Religacion: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, Quito, 2: 25-43.

3 FLACH, Simone Fátima & SCHLESENER, Anita Helena. (2017). “Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci”. *Etd-Educação Temática Digital*, 19, 1: 165-186.

4 CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. (2016). “Escolas de luta, educação política”. *Educação & Sociedade*, Campinas, 37,137: 1177-1202.

5 Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupatancredao/>>. Acessado em: 19/07/2017.

6 Gianni Vattimo (2007). *O fim da modernidade: Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo, Martins Fontes; PECORARO, Rossano. (2009). *Filosofia da História*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

“O conceito de pós-modernidade nos apropriamos das interpretações de Gianni Vattimo (2007, p. XVIII), no qual a pós-modernidade se caracteriza pelo “debilitamento do ser” e a “destruição da ontologia”, tendo como consequência o enfraquecimento das estruturas de legitimação da Verdade. Pecoraro (2009, p. 58) afirma que para Vattimo: “a história ocidental não deve ser interpretada como a grande marcha da humanidade em direção ao melhor ou ao cumprimento de alguma finalidade [...] o seu “sentido” reside no gradual enfraquecimento das estruturas metafísicas: o Ser que de fundamento impositivo e universal dissolve-se em mera eventualidade [...] a Verdade, que de absoluta e violenta se torna objeto de interpretação: [...] o Estado, que de tirânico e autoritário torna-se democrático, etc.”

esta posição do Governo Federal, a crise econômica de caráter global, que vem fragilizando a economia dos países da periferia capitalista. Em linhas gerais, é este o cenário político no Brasil: percalços no desenvolvimento econômico e uma profunda crise de legitimidade no âmbito político nacional. Esse é o momento em que culminam diversas manifestações sociais em oposição às medidas governamentais de austeridade, que visam, de modo geral, a manutenção da ordem vigente, marginalizando ainda mais a população das classes trabalhadoras.

Entretanto, nos ateremos aqui às propostas de mudanças que afetam mais diretamente o campo da educação, a MP nº746/2016 e a PEC nº 241/2016. A Medida Provisória nº746/2016 que altera a organização e a oferta do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016 que propõe o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, incluindo os investimentos em educação. Quanto ao objetivo dessas medidas, concordamos com Flach e Schlesener (2017, p. 168) que percebem essas medidas com a intenção de:

“formar trabalhadores conforme os interesses do capital, reduzir investimentos e gastos governamentais, privando, conseqüentemente, a classe trabalhadora do acesso às políticas públicas que podem, em curto e médio prazo, alterar suas condições de vida, nos limites da sociedade capitalista e, quiçá, em longo prazo, contribuir para a instauração de outra forma de sociabilidade.”

Evidencia-se assim o quanto essas medidas “afetam diretamente a oferta e a qualidade almejada para a educação pública brasileira” (FLACH & SCHLESENER, 2017, p.168). Não obstante, são também essas propostas que servem de estopim para a movimentação de diversos movimentos sociais. Entre as articulações de distintos setores da sociedade civil, o movimento estudantil ocupa lugar de destaque neste artigo, por suas particularidades e a “inovação” de suas ações na ocupação das escolas públicas.

No contexto da macro política parecem razoavelmente visíveis as motivações que sugerem a emergência da coletividade das ações no âmbito escolar, porém não cabe tratar esse assunto como evidente. Assim, nossa proposta é a de compreender a partir das subjetividades constituintes de determinado espaço de educação como se constrói a inter-relação dessas subjetividades e a possibilidade de uma subjetividade coletiva.

Subjetividade: a dialética entre o sujeito e o social

A opção de refletir sobre o movimento de ocupação e do ambiente escolar através das subjetividades constituintes dos mesmos, parte do pressuposto de que compreendendo as construções socioculturais individuais dos atores sociais envolvidos, tanto nos movimentos sociais quanto no âmbito institucional da escolarização formal, podemos analisar de forma mais adequada a construção coletiva que se perpetua

nesses organismos.

Nesse sentido, considera-se também fundamental que seja explanado adequadamente o que se entende por subjetividade neste trabalho. Primeiramente, é imprescindível pensarmos a subjetividade como uma construção social do sujeito. Para compreendermos de qual maneira essa construção ocorre, nos valeremos das concepções propostas pela psicologia histórico-cultural, Silva (2009, p. 171) referindo-se a definição de Leontiev (1978), afirma que a subjetividade “refere-se ao processo pelo qual algo torna-se constitutivo e pertencente ao indivíduo; ocorrendo de tal forma que esse pertencimento se torna único, singular”. Portanto, o processo de construção da subjetividade realiza-se a partir da interação dialética entre a formação mental do sujeito e os aspectos objetivos da realidade social, como bem esclarece Bock (2004, p. 06):

“O fenômeno psicológico deve ser entendido como construção no nível individual do mundo simbólico que é social. O fenômeno deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constituiu na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana. Subjetividade e objetividade se constituem uma à outra sem se confundirem.”

Concebendo o fenômeno da subjetividade a partir dessas premissas, esclarece-se a relevância de compreender o momento histórico no qual se insere a emergência da ocupação da unidade escolar em questão, período de conturbações nas articulações políticas-econômicas no país bem como a realidade social na qual está inserida a comunidade escolar, compreendendo os discentes e suas vidas familiares e da mesma forma, os docentes e administradores da instituição de ensino.

Todavia, esse compartilhar de certa realidade social e a integração de elementos do mundo material que, em certo grau, são constituintes de subjetividades individuais distintas, permitem também a identificação de uma subjetividade coletiva, uma subjetividade de grupo que pode ser considerada a partir de aparatos religiosos, um estrato social ou simplesmente a construção de uma interpretação/significação do mundo objetivo que seja em algum nível partilhada pelas subjetividades individuais. No mesmo sentido, podemos dizer que:

“a vida social é tecida e se constitui como uma rede interativa, multidimensional, na qual atores individuais e coletividades se influenciam de forma mútua causalmente. Assim as dimensões hermenêutica e material, as dimensões das relações de poder e do espaço-tempo social que conformam as subjetividades coletivas são estabelecidas sob a influência de outras coletividades.” (DOMINGUES, 2002, p.68)

Esclarecemos, assim, como a percepção da construção dessas subjetividades, sejam individuais

ou coletivas, ganham nova dimensão para pensar as relações no processo educacional no sistema de ensino formal. Dessa forma, o ambiente escolar torna-se o palco onde diversos sujeitos individuais e coletivos interagem e vão se constituindo mutuamente.

Educação e subjetividade

Seguindo os preceitos que estabelecemos para o conceito de subjetividade, torna-se inextricável nossa interpretação do processo educacional como constituidor da construção subjetiva individual. Nesse aspecto, a educação, de forma geral, se constitui como um dos fatores de singularização e também de generalização dos elementos subjetivos constituintes do sujeito. Em outras palavras, o indivíduo posto no fluxo de formação formal numa instituição de educação tem sua formação mediada ou conduzida, considerando que as informações colocadas à sua disposição correspondem a um espectro generalizante. No entanto, a apropriação e significação que cada sujeito manifesta caracteriza a singularização desse indivíduo corroborando assim, uma formação única mediante ao que absorve e passa a considerar como constituidor de si. Evidentemente, a educação não é o único campo constituinte dessa construção, porém em nossa contemporaneidade se demonstra como campo de grande interesse na formação do indivíduo como cidadão, e não obstante, como trabalhador.

Quando atentamos para a proposta educacional do Estado Brasileiro, verificamos que a abrangência desse campo educacional extrapola os limites da instituição de ensino formal e, tem como objetivo a formação de um sujeito necessário ao Estado:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (PALÁCIO DO PLANALTO, 1988)

Dessa maneira, podemos interpretar a posição do Governo Federal ao propor medidas como a MP nº746/2016 e a PEC nº 241/2016 como, no mínimo, controversas. É sensato afirmar que o congelamento de gastos públicos por duas décadas não parece privilegiar o “pleno desenvolvimento da pessoa”, muito menos a retirada de espaço das humanidades do currículo escolar do Ensino Médio aparenta compor um melhor preparo para o exercício da cidadania.

As proposições reformistas dessas medidas configuram-se como uma barreira ao desenvolvimento individual dos sujeitos. Transpondo esses fatos à realidade particular da situação analisada temos um estrato social que historicamente foi marginalizado, teve seu acesso à educação e cultura relegadas, sendo novamente precarizado. Essas ações constituem fatores fundamentais na organização da ocupação, onde sujeitos expostos a situações similares, que se incorporam na construção de suas subjetividades, se articulam na intenção de defesa de interesses coletivos e singulares.

Com efeito, se nos aproximarmos da concepção de educação para a emancipação como propõe Theodor Adorno (1995), que de acordo com Almeida e Freire (2016, p.03) pensa a educação como a “emancipação dos homens [e mulheres] como possibilidade fundamental para sua ação plena no mundo”, o movimento estudantil de ocupação das escolas se demonstra estar muito mais perto desse propósito do que as propostas governamentais. Almeida e Freire (2016, p.03) ainda complementam que a “educação deveria ser capaz de empoderar os homens e mulheres a agir, tendo como alicerce a capacidade de responder às questões conflitantes a partir do seu próprio esclarecimento”. A questão da autonomia e da emancipação, tão caras à Adorno, desvelam-se igualmente relevantes na construção dos movimentos populares orgânicos. Relacionando a emancipação com o regime democrático os apontamentos de Adorno nos parecem ainda mais caros:

“Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antedemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas-reacionárias. Elas apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor não só exteriormente pela política, mas também em outros planos muito mais profundos.” (ADORNO, 1995, p. 142)

Dessa maneira, demonstra-se a inconsistência de um governo democrático que opta por não ter como premissa uma emancipação dos sujeitos de sua sociedade civil, mantendo uma educação insuficiente aos seus tutelados. Da mesma forma, a organização estudantil desvela-se como uma aproximação ou até mesmo uma tentativa de erigir a emancipação dos indivíduos que a constitui, tanto na defesa dos direitos coletivos como na incorporação de elementos de interesses das subjetividades individuais.

Ocupação da E.E.B. Tancredo Neves: Subjetividade coletiva e subjetividade individual

Ao que tange a perspectiva pautada para análise do movimento de ocupação da unidade escolar, pensamos através do viés histórico-cultural buscando evidenciar a ocupação como experiência influenciadora na constituição da subjetividade do indivíduo e, a partir disso, estabelecer uma inter-relação entre o sujeito e o coletivo; almejando interpretações menos limitadas, que instiguem uma ótica a tornar visível a complexa teia de relações passíveis de embate. Tais embates podem ocorrer ora no interior do movimen-

to, devido a multiplicidade de sujeitos individuais, ora nos relacionamentos do movimento de ocupação com a sociedade externa, vislumbrando a possibilidade do movimento de ocupação como uma subjetividade coletiva. Ao debruçarmo-nos sobre os documentos produzidos pelos discentes da unidade escolar durante o período da ocupação da instituição, observamos que esses materiais tornam nossas hipóteses passíveis de serem demonstradas.

O movimento de ocupação desdobrou-se inicialmente através de uma reunião realizada no dia 26 de outubro de 2016 e solicitada pelo Conselho Deliberativo, Associação de Pais e Professores e Direção da E. E. B. Tancredo de Almeida Neves, na qual os pais e responsáveis foram convocados a participar, tendo como pauta a possibilidade de ocupação da escola pelos estudantes, conforme a publicação do enunciado na página “Ocupação do Tancredão”, no dia anterior⁷. No entanto, destacamos uma percepção acerca das relações de interesse constituídas neste âmbito educacional: ao pensarmos a ocupação como uma organização estudantil, pressupõe-se que sua estrutura seja sistematizada propriamente pelos estudantes. Tal reivindicação oriunda do topo hierárquico de uma Escola, isto é, a direção e demais órgãos administrativos da instituição, legitima-se como uma medida mais democrática que a habitual, ou seja, os “líderes” institucionais auxiliam nas requisições estudantis apropriando-se de seus interesses.

A iniciativa dos estudantes em elaborar uma ação que pudesse ser efetiva contra as medidas governamentais é percebida na manifestação audiovisual através de um dos vídeos produzido pelos secundaristas, no qual dois estudantes afirmam inicialmente:

“Quando a gente viu a proposta da PEC 241, os alunos começaram a discutir em sala de aula, entre corredores o que a gente deveria fazer pra acabar com isso. Foi feito votações pela parte da manhã, pela parte da tarde e pela parte da noite, pra que todo mundo, todo mundo da nossa escola pudesse dar sua opinião referente a isso... pra que realmente tivesse uma democracia e todo mundo dissesse o que queria fazer.” (OCUPAÇÃO. 2016, Outubro 30)⁸

Inferimos uma preocupação inicial dos estudantes para com a situação e, para além disso, com toda a escola, tendo como pauta inicial viabilizar uma forma de democracia que envolva todos os setores estudantis.

Outra publicação encontrada na página “Ocupação do Tancredão”, frente a interpretação em meio à ideia de democratização das decisões, refere-se à nota de esclarecimento⁹, exposta no dia 11 de novembro de 2016. Neste esclarecimento, constatamos o cuidado em prol da pacificidade do movimento em relação aos demais setores da instituição, na qual os ocupantes emitiram um pedido de desculpas formal aos professores e direção da unidade escolar. Tal pedido foi feito devido a algum constrangimento realizado via rede social anterior à data de emissão da nota, afirmando o respeito à liberdade de expressão pregado pelo movimento, além de ressaltar que manifestações sem a

realização de diálogo com o coletivo não representam a ocupação.

Ao refletir os indivíduos inseridos nesta relação, associamos a assistência e até mesmo a insistência para com a flexibilidade ao fato da comunidade externa apoiar o movimento, promovida por seus órgãos administrativos, como uma forma de perceberem a necessidade desse ato devido à identificação com tais reivindicações, em razão de estarem inseridos neste mesmo âmbito social. Nesse aspecto, apontamos a construção de uma subjetividade coletiva estabelecida através dos interesses em comum, permeada pela objetivação de um ideal que constitui um pensamento compartilhado. São mentalidades específicas que se caracterizam de forma fragmentada, anteriores à ocupação, mas que em prol daquilo que é conveniente em grupo, incorpora certa totalidade que atua inclusive no processo de construção da subjetividade de cada sujeito.

As fotografias¹⁰ referentes à ocupação demonstram o intuito informativo da página do Facebook: através destas imagens, o público que a acessa obtém conhecimento acerca das atividades realizadas na unidade escolar no período em que os estudantes passaram a opinar sobre os assuntos dos quais tem interesse em aprender e a participarem da organização e gestão das oficinas, palestras e eventos e, do funcionamento da Escola como um todo, desde a limpeza até as assembleias deliberativas. As fotografias documentam as reuniões, oficinas, eventos culturais, limpeza periódica, confecção de cartazes e a manifestação da voz estudantil na rádio local, expressando os argumentos legitimadores à manutenção da ocupação. As representações em torno da iconografia indicam a interpretação sobre uma subjetividade coletiva através da união dos estudantes perceptível nas imagens, em que diversos indivíduos que constroem cotidianamente suas perspectivas, passam a carregar consigo uma forma de pensamento atribuída àquele grupo.

Através da possibilidade da constituição de uma subjetividade coletiva, formada a partir da partilha de experiências sociais apropriadas de forma semelhantes pelos indivíduos que compõem o corpo discente da unidade escolar, buscamos perceber através das articulações documentadas como se desvelam essas manifestações, principalmente ao perceber os estudantes como protagonistas da organização do próprio movimento.

Mantendo o mesmo estatuto democrático já demonstrado anteriormente, os estudantes buscam “reformular” o sistema de ensino no momento em que encontram alternativas para fazê-lo, como podemos notar na transcrição da fala de um dos estudantes:

“A gente tá conseguindo ah, atividades e tal... pessoas que vem de fora, universitários que trazem informações, trazem projetos da área deles, que eles estão estudando. Professores de outras escolas tão vindo pra cá, tão vindo com aulas, mostrando alguns filmes pra depois realizar debates, pra realmente a gente refletir sobre a situação política ou também sobre outras coisas que a gente ainda...nunca tinha visto na escola, que a escola não propor-

⁷ Constituindo-se como a primeira publicação da página do Facebook.

⁸ OCUPAÇÃO do Tancredão. Vídeo de apresentação da ocupação pelos estudantes. 4:22". Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acesso em: 29/07/2017.

⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/notes/ocupa%C3%A7%C3%A3o-do-tancred%C3%A3o/nota-de-esclarecimento/203029620143990/>>. Acesso em: 19/07/2017.

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 19/07/2017.

ciona... tipo cultura... cultura do hip-hop, cultura africana coisas assim que a gente nun.. jamais iria ver na escola a gente ta vendo agora com essa ocupação.. com atividades que ta realizando.” (OCUPAÇÃO, 2016, Outubro 30)¹¹

Da mesma maneira, em outro vídeo postado na página “Ocupação do Tancredão” no Facebook, outro aluno afirma: “trilhando meu caminho junto com a minha escola eu não estou sozinho” (OCUPAÇÃO, 2016, novembro 03)¹². Nesse aspecto, o movimento de ocupação se apresenta como um caráter de “totalidade”, um grupo de indivíduos baseado na constatação de interesses mútuos se articula e busca elaborar novas soluções para questões anteriormente postas. Destaca-se também o fato de que essa coesão se constrói pautada na construção do “eu”, que só se verifica em relação à compreensão do “outro”. Assim sendo, inferimos que a construção de uma subjetividade coletiva fundamentada no movimento de ocupação se fortalece à medida que se percebe o antagonismo com o “outro”, que está frequentemente associado à classes sociais dominantes ou à classe política, como podemos verificar na fala de outra discente:

“Essa medida tá favorecendo só os ricos, porque a gente não vai conseguir ter uma facilidade de qualidade, uma educação... a gente... é... nossos filhos, nossos netos, eu acho que eles precisam... é... perceber que a gente tem essa noção, de que a gente sabe o que eles tão fazendo com nosso futuro e que a gente quer lutar pra que isso não aconteça.. a gente quer ter um futuro de qualidade, pros nossos filhos.” (OCUPAÇÃO, 2016, Outubro 30)¹³

Essa associação também é presente em outro trecho dos estudantes cantando: “Eu vi professores em escolas humilhados, sem ter condições tratados como escravos, centenas de famílias implorando por migalhas, enquanto os ricos ignoram e não tem falta de nada.” (OCUPAÇÃO, 2016, novembro 03)¹⁴.

Todavia, ainda que expostos os indicativos da constituição da subjetividade coletiva do movimento de ocupação, não seria coerente omitirmos os aspectos que demonstram as expressões individuais no âmbito da ocupação. Como já explicitado anteriormente, sempre que pensamos a subjetividade, seja a partir do indivíduo ou de um grupo social, essas construções subjetivas se relacionam, se constituindo a partir de inter-relações.

Ao pensarmos as expressões individuais perceptíveis entre os documentos analisados, o fator que nos parece mais importante a ser considerado é o alargamento de assuntos tratados nas atividades da ocupação em relação ao funcionamento cotidiano da escola. Esse fato, sem dúvidas, evidencia que a organização estudantil no período de ocupação, buscou gerir o espaço escolar de forma a atender as demandas individuais dos sujeitos que constituíam o grupo. É possível verificar nos cronogramas de atividades e nas fotografias dos eventos realizados, atividades que não se encontram diretamente relacionadas com a pauta geral da ocupação: uma pauta de enfrentamen-

to às medidas de reformas educacionais.

Entre as atividades nos moldes que citamos podemos elencar como exemplos, o “Debate sobre discriminação LGBT”, “Psicologia e o movimento antimanicomial” e a “Oficina sobre rádio e criatividade”¹⁵. Todas de cunho específicos, indubitavelmente não menos relevantes. A integração de uma maior multiplicidade de atividades, aliada à organização de atividades lúdicas e o fomento a atividades culturais, aparecem como traços marcantes do desenvolvimento da ocupação. De fato, a ocupação, da maneira como foi descrita pelos estudantes, indica uma tentativa de sociabilidade alternativa no meio escolar. Se por um lado podemos pensar no fortalecimento da coletividade entre os membros da ocupação, construída em oposição àqueles que são vistos como algozes, dentro do movimento parece haver um esforço para criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal, através de interesses específicos, tanto quanto há o incentivo à militância ativa como grupo.

Há ainda a publicação de um integrante do movimento, em que se explicita esta transição de uma subjetividade individual a uma subjetividade coletiva, comprovando a subjetividade como construção, tanto do ser quanto de um grupo, no qual a ideia do texto é apresentada de forma argumentativa com intuito de tornar a sua opinião como parte constituinte do pensamento da ocupação enquanto coletivo:

“Nos apossamos de algo que é nosso, e não estamos vandalizando ou ilicitando a instituição de ensino, estamos lutando por nosso direito, pq é ridículo um governo que não manda verba, ridículo os alunos pagarem a água e a luz de instituição pública que só existe pq nossos pais trabalhadores pagam impostos altíssimos. [...] E essa “Medida Provisória”... Isso é a cereja do bolo! [...] Estão ferindo os direitos humanos, a moral, a ética e a própria constituição pela qual carrego meu patriotismo! [...] Vão precisar mais que isso pra derrubar uma nação acostumada com o mesmo monarquismo intelectual dominante, aquele falso, imposto e de pré-conceitos equivocadamente citados.” (OCUPAÇÃO, 2016)¹⁶

Destaca-se a insatisfação política deste indivíduo, assim como o descontentamento com o modelo educacional. Através de sua manifestação notamos sua implicação em penetrar às ideias do coletivo, acrescentando sua subjetividade individual à formação de uma subjetividade coletiva.

Encontra-se também a apropriação de expressões em apoio à ocupação, da página “Ocupação do Tancredão” como compartilhamento em suas publicações, oriundas de outras instituições de ensino, abrangendo à comunidade educacional externa, como vídeos objetivando a divulgação do movimento, bem como de sua causa, de ocupações que ocorreram em outras instituições de ensino, como por exemplo, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Agrega postagens informativas de outras páginas da rede social, como a União Municipal de Estudantes Secundaristas de Chapecó (UMES), a divulgação de eventos de cunho

11 OCUPAÇÃO do Tancredão. Vídeo de apresentação da ocupação pelos estudantes. 4:22”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

12 OCUPAÇÃO do Tancredão. Música de protesto cantada pelos secundaristas. 1:03”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/posts/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

13 OCUPAÇÃO do Tancredão. Vídeo de apresentação da ocupação pelos estudantes. 4:22”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/videos/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

14 OCUPAÇÃO do Tancredão. Música de protesto cantada pelos secundaristas. 1:03”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/posts/?ref=page_internal>. Acessado em 29/07/2017.

15 Atividades postadas na página “Ocupação do Tancredão”, respectivamente em 17/11/17, 16/11/17 e 19/11/17. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupatancredao/>>. Acessado em: 30/07/2017.

16 Publicação de estudante na página “Ocupação do Tancredão”. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/ocupatancredao/community/?ref=page_internal>. Acessado em: 30/07/2017.

político atribuído ao Sindicato UFFS (SINDUFFS), o compartilhamento de postagens publicadas na página do Facebook, denominada “Ocupa UFFS – Chapecó”, relacionada à ocupação da instituição de ensino superior, além de expressões culturais de artistas locais.

Considerações finais

Ao pensarmos a construção subjetiva do indivíduo como a principal matriz de análise dos desdobramentos da ocupação estudantil, nos empenhamos em perceber a maneira como a ocupação escolar se materializa como uma “consequência” das subjetividades historicamente construídas, ao mesmo tempo em que, partindo da organização autônoma dos estudantes, inferimos que são integradas novas experiências de caráter histórico à constituição dessas subjetividades tanto no âmbito da individualidade, como no coletivo. Sobre as experiências vivenciadas no ambiente escolar durante a ocupação, nos permitimos fazer algumas considerações. Primeiramente, percebendo a atuação do corpo discente da unidade como uma demonstração de tomada de consciência de si como sujeitos históricos (intimamente ligado a essa interpretação), pode-se afirmar que enquanto sujeitos históricos e indivíduos atuantes na construção histórica social de suas próprias condições materiais, os estudantes veem a realidade também como construção e a partir disso se organizam para empreender as ações necessárias às mudanças que julgam pertinentes. No mesmo sentido, demonstra-se uma aproximação à concepção de emancipação proposta por Adorno (1995), em que os sujeitos, a partir da consciência de si, buscam se tornar ativos na resolução dos problemas da história que os constitui.

A emancipação almejada pelos estudantes, não vai ao encontro do modelo proposto pela educação formal, em razão de que este modelo objetiva adequar o ambiente escolar a normas uniformizantes para a formação do indivíduo. A Escola, de acordo com o modelo imposto pelo Governo Federal, adquire esta função universalizante ao que concerne à subjetividade dos sujeitos, para que estes formulem uma formação básica que atenda as demandas necessárias ao mercado de trabalho e desenvolvam uma mentalidade passível de subordinação ao Estado, gerando uma subjetividade coletiva conveniente ao sistema econômico vigente.

Contudo, os estudantes que aderiram à ocupação demonstram-se inconformados com o domínio estatal, buscando sua afirmação enquanto agentes sociais que prezam uma inter-relação entre ensino e aprendizagem pautada no desenvolvimento crítico, expressando sua subjetividade em prol da construção de um pensamento coletivo que atenda as demandas do grupo, enquanto indivíduos em formação. Tal fato torna possível a transição da subjetividade individual à coletiva, de modo a favorecer seus interesses como um todo. Em razão de estarem interligados através de sua realidade social, desenvolvem projeções parecidas ao que tange à educação e suas reivindicações, ainda que as áreas de interesse sejam fragmentadas em singularidades que compõem o ser através de sua construção subjetiva. Sendo assim, de forma objetiva, estes indivíduos realizaram propostas voltadas a um

ensino que se torne efetivo, através de suprir seus interesses diversos, incorporando à prática educacional as atividades extracurriculares, enfatizando o estudo e a realização das práticas culturais.

Por fim, é nossa intenção neste trabalho ampliar o debate não somente em relação às ocupações, mas também às possibilidades que se efetivaram durante as ocupações escolares, não somente neste caso específico, mas em diversas escolas pelo Brasil, já que a partir das práticas dos discentes na organização das aulas, novos horizontes foram revelados acerca do que os próprios estudantes esperam das instituições de ensino. Além disso, a reflexão no que concerne às práticas pedagógicas, a organização hierárquica e a democratização da unidade escolar parecem inevitáveis considerando as necessidades sociais que surgiram.

A partir de algumas leituras acerca das ocupações nas escolas, percebemos as diversas especificidades que as reflexões em torno deste assunto podem sugerir, numa visão gramsciana abordada por Flach (2017) e Schlesener (2017), a compreensão do decorrer do processo de ocupação é pautada no âmbito material. Como consequência disso denota-se uma maior implicação no cenário político como predominante a este movimento estudantil. Consideramos a relevância de se pensar tais fatores, entretanto, compreendemos que para além destes sejam tão importantes quanto, a formação individual, que perpassa o desenvolvimento crítico que age sobre a busca pela emancipação educacional – o que foi percebido através do estudo das subjetividades dos estudantes.

Outra pesquisa bastante relevante à incorporação do nosso objeto de estudo, vai ao encontro daquilo que nos propõe Denise N. De Sordi (2016) e Sérgio Paulo Morais (2016), ao relacionarem a luta estudantil com os movimentos sociais. No caso da E. E. B. Tancredo de Almeida Neves é notável certa influência destes movimentos com intuito de servirem como base de apoio e inspiração: um exemplo foi a implicação por parte da União Municipal de Estudantes Secundaristas de Chapecó –UMES aos movimentos de ocupação no município. Trabalhado ainda por estes autores, relacionamos com a ocupação da unidade escolar, já mencionada, a dicotomia entre o discurso estabelecido na mídia perante o movimento e a versão dos estudantes. Ou seja, a mídia, principalmente os jornais televisivos da região, associam o movimento de resistência dos estudantes com rebeldia e “falta de vontade de estudar”, ao passo que em uma visão de dentro do movimento, compreende-se que os estudantes realmente estão insatisfeitos com os rumos da educação brasileira e visam uma possibilidade de emancipação e tornar a Escola o ambiente no qual realmente estabeleçam uma relação ensino-aprendizagem e tenham voz participativa e, acima de tudo, que não se sintam em uma prisão, onde são cumpridas normas e com rígidos horários de abertura dos portões, para garantir que os estudantes não fujam. Contudo, entende-se que os educandos, ao se posicionarem perante as medidas governamentais, demonstram que a educação que carecem está muito além da educação formal oferecida pelo Estado: está na cultura e também na política cotidiana. Portanto, ainda que não em unanimidade e com total clareza,

de modo geral, os estudantes sabem pelo que estão lutando, o que os configura como sujeitos históricos lutando pelos seus direitos básicos.

Percebemos, ainda, alguns ideais incutidos na organização da ocupação, que levam os estudantes a pensarem em coletivo. Esta reflexão também foi abordada por Carolina de Roig Catini (2016) e Gustavo Moura de Cavalcanti Mello (2016) em seu estudo, quando afirmam o caráter auto gestor do movimento de ocupação. Desta forma, os educandos almejam um diálogo horizontal entre os integrantes do movimento, viabilizando uma democracia que seja mais efetiva do que aquilo que chamamos de demo-

cracia em âmbito político nacional.

As transformações na sociedade contemporânea ocorrem com velocidade cada vez maior, tornando as relações sociais complexas, de maneira que um assunto que envolve múltiplos fatores da vida individual e coletiva dos sujeitos, não pode se esgotar em um único olhar. Assim, procuramos expor aqui nossas contribuições para a compreensão do fenômeno das ocupações e nossa interpretação sobre as interações dos agentes em questão sob um olhar histórico, de forma a contribuir para um debate que é tão recente e ainda carece de maiores esforços no campo acadêmico.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. (1995), Educação e Emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ALMEIDA, Ronaldo de Sousa Almeida & FREIRE, Ludmila de Almeida. (2016), "Considerações sobre a educação esclarecida e autônoma no pensamento de Theodor Adorno: implicações para o enfrentamento da violência escolar". *Percurso Acadêmico*, Belo Horizonte, 6, 12: 1-10.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. (2010), "O historiador e as fontes digitais: Uma visão acerca da Internet como fonte primária para pesquisas históricas", in *Encontro Estadual de História - ANPUHR*, 10: 1-11. <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>>.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. (2004), "A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual". *Psicologia América Latina* [online]. <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2004000100002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1870-350X. Acessado em 30/07/2017.
- CORRÊA, Maurício de Vargas & ROZADOS, Helen Beatriz Frota. (2017), "A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação". *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 22, 49: 1-18.
- DOMINGUES, José M. (2002), "Gerações, modernidade e subjetividade". *Tempo Social*, 14, 1: 67-89.
- Escola de Educação Básica TANCREDO DE ALMEIDA NEVES. (2016), Plano Político Pedagógico. Chapecó.
- FLACH, Simone Fátima & SCHLESENER, Anita Helena. (2017), "Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci". *Etd- Educação Temática Digital*, 19, 1: 165-186.
- LÉVY, Pierre. (1999), *Cibercultura*. São Paulo, Editora 34.
- PALÁCIO DO PLANALTO. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 30/07/2017.
- SILVA, Flávia Gonçalves da. (2009), "Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural". *Psicologia da Educação*, 28, 1: 169-195.

